

**Presentes:**

Membros do Conselho:

Tatiana Marin – Coresan Apucarana; Janaiara Moreira Seold Berbel – Coresan Campo Mourão; Judite Bartzike – Coresan Cascavel; Selfa Barbosa Vilela – Coresan Cianorte; Célio da Silva Correia – Coresan Cornélio Procópio; Tammy Rafaelle Kochanny – Coresan Curitiba; Dóris de Fátima Iastrenski – Coresan Guarapuava; Juliano Aparecido Fortunato – Coresan Jacarezinho; Kelly Franco de Lima – Coresan Londrina; Marilze Brandão de Assis – Coresan Maringá; Roseli Pittner – Coresan Pitanga; Leandro Aparecido Espiniano – Coresan Paranavaí; Luciana de Fátima Alonso Kaiser – Coresan Pato Branco; Maria Isabel Corrêa – Coresan Ponta Grossa; Éder Silva Cordeiro – Coresan Umuarama; Marcelo Stelmach – Coresan União da Vitória; Marcia Cristina Stolarski – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Rosangela Mara Slomski Oliveira – Fundepar; Adriane Leandro – Secretaria de Estado da Saúde; Daniele Martin Sandri – IDR-Emater; Daisy Mara Jayme Maia – Sanepar; Afonso Takao Murata - Universidade Federal do Paraná.

Outros Participantes:

Margaret Matos de Carvalho – MPT/PR; Roselene Sonda – MP/PR; Andrea Bruginski – FUNDEPAR; David Pereira Brito – Coresan Apucarana; Bruno Karam – SEAB/UFPR; Jean Petris – SEAB/UFPR; Salete Maria V.de Lima – Coresan União da Vitória; Cristina Klobukoski – SESA; Ana Mirian Araújo Kriek – IDR-Emater.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

**Pauta:**

1. Abertura e aprovação da pauta
2. Agrotóxicos no Paraná e o Programa de Sementes Crioulas – MPT/PR
3. Relato Câmara de Direitos Humanos
4. Informes do DESAN
5. Alimentação Escolar na e pós pandemia - FUNDEPAR
6. Plenária Final

**Memória:** Dando início à reunião, a presidente Roseli Pittner cumprimenta os presentes e encaminha a aprovação da pauta. Na sequência, a convidada Doutora Margaret Matos de Carvalho, Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho da 9ª Região, é apresentada e inicia sua explanação sobre o Programa de Sementes Crioulas. Ela informa que a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - ASPTA expressou ao Ministério Público do Trabalho - MPT sua dificuldade na troca das sementes por conta do encerramento temporário das feiras em decorrência da pandemia. A ASPTA trouxe ao MPT um projeto emergencial de conservação e multiplicação da agrobiodiversidade. O projeto adquiriu 30 toneladas de sementes crioulas de milho, feijão e arroz,

além de 16 mil pacotes com mais de 80 tipos diferentes de hortaliças. Essas sementes foram compradas de 130 famílias protetoras, as quais protegiam sementes que precisavam ser germinadas com urgência, em decorrência da perda de suas propriedades. De acordo com a Dra. Margaret, as sementes foram doadas para mais de 3 mil famílias de diferentes regiões do estado, priorizando comunidades quilombolas, indígenas, assentados e acampados da reforma agrária, faxinalenses, e alguns agricultores e agricultoras familiares. As comunidades beneficiadas tinham pouco acesso a outras políticas públicas, então o projeto foi essencial para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional dessas famílias, acrescenta a procuradora. Para o ano de 2021 o MPT planeja continuar com o projeto e construir os espaços físicos de armazenamento dessas sementes. Ela explica que para armazenar as sementes é necessário ter um controle de umidade, iluminação, separação e secagem, e não são todas as famílias que possuem os espaços físicos que garantem tais condições. Dessa forma, o MPT pretende apoiar a iniciativa de ter em cada região do Estado um local de armazenamento para as famílias necessitadas, a fim de beneficiar a coletividade de agricultores e agricultoras que dependem dessas sementes. Encerrando sua fala, a Doutora Margaret faz um apelo ao CONSEA pela possibilidade de fortalecer essa iniciativa nos municípios, pois, com as sementes crioulas, essas famílias possuem autonomia na produção, não dependendo de sementes comercializadas. Em relação ao financiamento do projeto emergencial, a Doutora Margaret informa que seriam 520 mil reais para atender 3 mil famílias, dinheiro garantido pela MPT decorrente de uma indenização por danos morais coletivos. Esse recurso foi transferido em um depósito judicial diretamente à ASPTA para fazer a execução do projeto. O Secretário Executivo Valdenir Veloso questiona a previsão de financiamento para esse ano sobre as sementes crioulas, e, em resposta, Margaret informa que André Jantara da ASPTA está à frente desde 2015 e ele ainda não lhe entregou o projeto para 2021, mas, à princípio, estão pensando em 4 locais de armazenamento identificados pelas próprias famílias, e que não sabe informar o custo, pois, por mais, que os espaços sejam pequenos, serão necessários controles de umidade. Na sequência, a presidente Roseli Pittner abre espaço para questionamentos e a conselheira Marilze Brandão pergunta sobre a logística da seleção de famílias, de armazenamento e distribuição, ao passo que a Doutora Margaret responde que cada família armazena como pode as sementes, pois não há ainda um espaço físico. Sobre a distribuição, a Doutora informa que foi um problema difícil de operacionalizar, pois o próprio André Jantara distribuiu as sementes para vários grupos, além de terem distribuído pelo correio, algo que a Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP passou a contestar e pediram para que a população não as utilizassem. Em seguida, a conselheira Maria Isabel Correa traz alguns apontamentos em relação às entidades locais que estão física e financeiramente esgotadas e propõe à MPT, à DESAN para que se lute pelas pessoas que realmente precisam, como os catadores e catadoras de materiais recicláveis, uma vez que os recursos estão cada vez menores. Em resposta, a Doutora Margaret informa que o Paraná é o estado que possui o maior número de associações e cooperativas de catadores, e, assim que a pandemia se iniciou, a MPT enviou recomendações aos municípios para que continuassem a pagar pelos serviços de triagem. No entanto, houve um movimento para que essas atividades fossem encerradas, deixando estes trabalhadores e trabalhadoras desemparados. No início, informa Margaret, houve amparo público com o auxílio emergencial e com cestas básicas, mas agora eles estão precisando se reinventar. Acrescentando a isso, a Doutora Margaret informa que estamos vivendo, de fato, numa crise sanitária, ética e econômica que está devastando o país e a população vulnerável perecerá primeiro, uma vez que, se não morrerem pelo vírus, morrerão pela fome. A conselheira Daisy Mara da SANEPAR propõe apresentar os programas discutidos pela Doutora Margaret à SANEPAR, pois estes são projetos que conversam com as necessidades da companhia, em vista da falta de água, e acrescenta que esse contato seria um começo para trazer o apoio da SANEPAR. Por sua vez, a conselheira Daniele Martin

Sandri, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, questiona sobre a falta de pessoal trabalhando nas casas de sementes. Doutora Margaret responde que o recurso voltado ao pagamento de pessoas é algo mais complicado de fornecer, pois são recursos fiscalizados pela TCU, e, dessa forma, contam mesmo com o trabalho voluntário para guardar as sementes crioulas. A conselheira Márcia Cristina questiona a forma que foi feita a seleção das 3 mil famílias contempladas pelo projeto. Doutora Margaret responde que foi feito um levantamento das famílias com maior vulnerabilidade e com maior urgência de distribuição das sementes para que nada seja perdido. Por fim, a conselheira Marilze Brandão pergunta se as doações beneficiaram famílias do MST e a Doutora responde que muitas famílias de acampamentos e de assentamentos foram apoiadas. A presidente Roseli Pittner agradece a presença da Doutora Margaret Carvalho e relembra que as reuniões estarão sempre abertas para quaisquer discussões a serem desenvolvidas. Seguindo a pauta, a conselheira Maria Isabel inicia sua fala expressando que é fundamental que o Conselho Estadual tenha um quadro claro de como está o SISAN no Paraná, e, para atingir esse objetivo, ela propõe que se retome o trabalho de articulação, como uma vez houve no Conselho, vinculando-o diretamente à Câmara de Direitos Humanos à Alimentação Adequada. A conselheira visualiza um mapa físico que propiciará a sinalização dos locais que possuem CONSEA, dos locais com adesão ao SISAN, os que estão funcionando e os locais que precisam de reforço. Maria Isabel explica que será possível realizar esse trabalho se os conselheiros e conselheiras das Coresans empenharem-se juntamente com os escritórios regionais, visto que este é um trabalho de toda a extensão do Conselho. Dito isso, a conselheira Maria Isabel solicita um banco de dados com os contatos dos Conselhos Municipais. A conselheira solicita que aproveitem o momento de refazer o trabalho de contato com os novos gestores e gestoras pós-eleições para fazer uma projeção de como a Rede SAN deverá acontecer. A conselheira Marilze Brandão agregando à pauta dos levantamentos da Câmara de Direitos Humanos sinaliza a importância da comunicação, pois muitas coisas estão se perdendo pela falta de articulação. Ela ressalta que, se não há um entendimento fortalecido do SISAN e da articulação da CAISAN, você vê a agricultura tomando uma iniciativa que a assistência social não possui conhecimento, como aconteceu em Maringá, por exemplo. Na sequência, a conselheira Maria Isabel faz um encaminhamento para que a Judite Bartzike, articuladora das CORESANS, receba o banco de dados dos conselheiros das CORESANS, e envie aos seus endereços a solicitação de um primeiro levantamento das regionais, buscando saber informações sobre os CONSEAS. Em relação ao articulador, o Secretário Valdenir Veloso enfatiza a dificuldade de promover articulação durante a pandemia, pois a conselheira Judite está trabalhando remotamente e utilizando suas ferramentas pessoais. O Secretário Executivo, portanto, sugere que seja feito um documento de recomendação do CONSEA para ser encaminhado a cada chefe de núcleo, juntamente com um documento emitido pelo Doutor Olímpio e/ou Ana Carolina do MP, em vez de seguirem o encaminhamento proposto pela conselheira Maria Isabel. Assim, o Secretário Valdenir Veloso encaminharia, via DESAN, a todos os chefes de núcleos para que ambos os documentos sejam reencaminhados aos municípios. Dessa forma, ressalta o Secretário, cada regional tornar-se-á responsável com o chefe de núcleo regional diretamente envolvido enquanto estrutura administrativa, não apenas o conselheiro. O Secretário ainda explica, que ao enviarem uma recomendação do CONSEA e um ofício do MP para o chefe de núcleo, informando que ele deverá encaminhar para cada município de sua regional, e ter um prazo estipulado para recolher todas as informações em conjunto com a representante de sua CORESAN, será o melhor caminho no momento, tendo em vista a situação pandêmica. Após isso, a conselheira Maria Isabel retira seu encaminhamento e assume o encaminhamento do Secretário Executivo Valdenir Veloso. Na sequência, Roselene Sonda relembra que no ano passado foi discutido no CONSEA o painel da plataforma Atuação do MP, com os dados ainda rudimentares disponíveis na época. Este painel,

informa Roselene, agrega tudo que foi discutido pelas conselheiras: nele há um mapa da realidade do que está acontecendo com a adesão do SISAN no Paraná, nele será informado se há CONSEA e se estão ou não funcionando, além disso, todas as CORESANS poderão acessá-lo e alimentá-lo. Roselene acrescenta que o termo de cooperação já foi aprovado pelo CONSEA, através da diretoria executiva, e agora o termo está nas instâncias internas do MP para ser assinado. Porém, o fato de que o termo não foi assinado não os impede de dar início no projeto, começando por diminuir as inconsistências dos dados, decidir quais informações serão apresentadas no painel, uma vez que ele está em fase de construção e aceitam sugestões. Essa proposta dos ofícios é muito bem-vinda, acrescenta Roselene, no entanto, ela solicita que haja anteriormente uma reunião com o pessoal do planejamento do MP, para discutir as informações que o painel fornecerá e discutir a melhor forma de alimentá-lo. A partir desse mapa poderão trabalhar nas regionais ou nos núcleos que estão menos envolvidos na adesão do SISAN, enfatiza Roselene. Ainda sobre a adesão, Valdenir Veloso relembra, em seguida, que o Marcelo e a Salete da regional de União da Vitória estão fazendo uma live com cada município para cobrá-los sobre a adesão e a apresentação do plano, uma vez que há muitos municípios com planos atrasados. Marcelo Stelmach explica que, como houve mudança de gestores e gestoras após as eleições, a CORESAN da União da Vitória está marcando uma reunião online com cada município, com seus prefeitos e prefeitas e responsáveis pela CAISAN, para explicar o que é DESAN, SAN e CORESAN, e também para ajudá-los com a criação dos planos municipais. Salete relata que houve municípios que não possuíam Conselho Municipal, mas, com a devida cobrança, já estão trabalhando nisso. Seguindo para a pauta dos relatos do DESAN, Márcia Cristina, chefe do Departamento de Segurança Alimentar, informa que estão montando um questionário que será encaminhado a todos os municípios, e que ele complementar as propostas sugeridas pelas conselheiras Isabel, Marilze e pela Roselene do MP. O questionário averiguará o que existe de equipamento de SAN nos municípios, a partir do qual farão um mapeamento com o número de restaurantes, o valor, o pagamento, os possuidores de cozinha comunitária e quem são os beneficiários. Ela complementa que também está presente no questionário uma breve explicação sobre SAN, cozinha comunitária, horta comunitária e o central de abastecimento, dessa forma eles poderão responder o questionário tendo ciência do que estão respondendo. Sobre a preocupação da conselheira Maria Isabel em relação ao PNAE, Márcia Cristina relata que no dia anterior houve uma reunião com a Asprude de Prudentópolis, juntamente com a Coprocor de Corumbataí do Sul. A associação e a cooperativa questionaram a redução das contratações do PNAE, pois estavam obviamente preocupados. Muitas mulheres relataram durante a reunião que se organizaram na cozinha para a produzir de pães e doces, mas as compras ficaram muito abaixo do esperado. Nessa reunião estavam presentes a Andrea e o Angelo, gerente da alimentação da Fundepar e eles informaram que o recurso que virá para a Fundepar será 20% menor em relação ao ano anterior. Márcia Cristina relata que a Coprocor, cooperativa de Corumbataí do Sul, no ano passado, fechou um contrato de compra, via PNAE, no valor de 2 milhões e, nesse ano, o contrato caiu para 67 mil. De acordo com a Coprocor, relata Márcia, a conta de energia das câmaras frias, totalmente abastecidas com 400 toneladas de poupa de fruta, gira em torno de 30 mil reais; acrescido a isso a produção de maracujá entrará agora e não terão local para armazená-las. Márcia Cristina explicou à associação e à cooperativa que o Compra Direta não dará conta da diferença que o PNAE deixou de comprar. Andrea informou, durante a reunião citada pela Márcia, que precisaram cortar todos os grupos alimentares; houve uma cotação de 107 milhões e precisaram fechar com 75 milhões, cortaram 40% do valor cotado. Na sequência, Márcia passa a fazer seus relatos sobre o Compra Direta: estão com o edital no jurídico há duas semanas, e estão com uma proposta de decreto para tornar o Compra Direta contínuo. Houve uma auditoria no Tribunal de Contas do Estado em 2020 e questionaram a inexistência de legislação



para o Compra Direta e o motivo de dar prioridade às mulheres e aos jovens. A conselheira Márcia, a partir disso, sinaliza a importância de haver uma legislação que indique os grupos prioritários, para haver mais segurança no processo. Além disso, ela relata que nesse ano houve um aumento de 50% de entidades cadastradas no Compra Direta, de 830 entidades beneficiadas para 1250. Mas há um problema: no ano de 2020, ao encaminhar o tutorial do programa para os núcleos, foi informado que as cestas básicas seriam entregues apenas nos CRAS e CREAS, pois assim haveria um controle maior. No entanto, Márcia lista muitos municípios que não inscreveram ou que não possuem CRAS e CREAS ou outro equipamento da rede socioassistencial. Por fim, por conta da quantidade de municípios neste caso, Márcia pergunta ao Conselho se abrirão a possibilidade de outras entidades entregarem as cestas básicas. A conselheira Patrícia Chiconatto, no que diz respeito à Guarapuava, relata que a maior frustração seria a não inclusão do banco de alimentos, e, pensando na possibilidade de inclusão do banco de alimentos, o município não informou o CRAS e o CREAS. A presidente Roseli Pittner, em seguida, pede o posicionamento do conselho em relação à possibilidade de outras entidades entregarem as cestas. Valdenir Veloso se posiciona emitindo apoio às outras entidades, apenas mediante fiscalização e monitoramento da cada CORESAN. Pastor Célio propõe responsabilizar os municípios que estão negando receber o benefício. De forma unânime, o pleno aprova a inclusão de outras entidades, além da rede socioassistencial municipal, para proceder a entrega dos produtos do Programa Compra Direta, desde que tais entidades possuam capacidade técnica e logística, sendo necessário ainda a aprovação da respectiva CORESAN. Em prosseguimento, a presidente Roseli Pittner passa a palavra para a senhora Andrea Bruginski, do Instituto Fundepar, que inicia sua pauta sobre a Alimentação Escolar na Pós-Pandemia e relata que, à princípio, fizeram a entrega da alimentação não perecível e de carnes considerando o retorno de 100% dos alunos, mas apenas após um mês de aula presencial que poderão estabelecer a real necessidade de abastecimento. O Estado não informou um índice limite, pois, de acordo com a Diretora de Planejamento da SEED, o índice variará acordo com o número de estudantes e a estrutura das escolas. Se houver uma adesão menor, o alimento já fornecido durará todo o semestre, explana Andrea. Sobre o edital da agricultura familiar, o procedimento foi finalizado e está em fase de homologação. De acordo com Andrea, o plano é contratar 100% da agricultura, independentemente do número de estudantes, pois estão cientes da importância desses contratos para a agricultura familiar. No que se refere ao PNAE, Andrea informa que no ano passado foi possível contratar 115% do recurso federal, pois eles possuíam saldo para isso, neste ano, no entanto, não há saldo disponível. Sobre a Lei Federal relacionada ao PNAE, Andrea explica que só é possível utilizar dinheiro federal via chamada pública com dispensa de licitação, algo que não é normalmente autorizado. A Procuradoria Geral do Estado, nos últimos anos, explica ela, passou a entender que, como é uma Lei Federal, a chamada pública com dispensa será autorizada exclusivamente com recurso federal. No que for utilizado recurso estadual precisará seguir a Lei 8.666 e a Lei Estadual que prevê a licitação e a disputa do menor preço, algo que Andrea diz ser incoerente. Todavia, Andrea informa que ao realizar uma reunião com o Governador, ele sensibilizou-se em relação a essa situação. Devido a isso, o Governador solicitou uma verificação com a PGE sobre a proposta de mudança da Lei. No tocante ao decreto mencionado pela Márcia Cristina, Andrea solicita a inserção dos faxinalenses. Relembrando sobre a necessidade de explicar a prioridade das mulheres e dos jovens, a presidente Roseli diz que vivemos em um mundo machista, logo, se algumas nomenclaturas não ficarem bem visíveis, certas pessoas não entenderão, e termina dizendo que as mulheres nunca são lembradas, que não estão ocupando seus espaços por direito e que está ainda mais difícil com esse governo. Após isso é aberto o espaço para questionamentos. A conselheira Marilze Brandão pergunta à Andrea se os estudantes que estiverem em casa por conta do revezamento receberão o alimento da escola, pergunta

também como avançarão com o programa da alimentação 100% Orgânica, caso a mudança da Lei não seja aprovada, e sinaliza a importância de os documentos conterem substantivos e adjetivos com o gênero feminino sinalizado. Em resposta, Andrea informa que ainda não sabe qual será a adesão das escolas, uma vez que cada região é diferente, e em virtude disso, ela não sabe dizer se os alunos receberão alimentos em casa, mas informa que não desperdiçarão alimentos. Por fim, Valdenir Veloso questiona se o FNDE diminuiu os recursos para a compra da agricultura familiar. Andrea responde que não houve sinalização, mas, por conta da pandemia, foi justamente o contrário, em vez de reduzir, aportou 2 novas parcelas. A presidente Roseli Pittner agradece a presença de Andrea em nome do CONSEA e relembra que as reuniões estarão sempre disponíveis para qualquer intervenção dela. O conselheiro David Brito, em relação ao aumento das entidades no Programa Compra Direta, questiona à Márcia se haverá mais uma seleção a respeito de todos que foram inscritos, e para que deem preferência às entidades de longa permanência. Márcia Cristina, em resposta, comunica que a intenção é manter todas as entidades cadastradas e atender a uma reivindicação antiga dos agricultores e agricultoras de tornar o programa anual, incluindo os primeiros meses do ano. Roseli Pittner dá por encerrada a pauta e passa a receber os informes do Secretário Executivo Valdenir Veloso. Ele informa que constituirá um grupo de trabalho para a questão das sementes crioulas e que há um segundo grupo, esse já montado, sobre o projeto a ser viabilizado pelo CEDCA em relação ao financiamento de minicozinhas para trabalharem a educação alimentar e nutricional com crianças da educação infantil e do ensino fundamental fase 1 e suas respectivas famílias, e assim que tiverem um esboço do projeto, apresentarão na reunião de abril. Seu último ponto é sobre o Plano Estadual de SAN que findou em dezembro de 2019, ele informa que o Plano seguinte seria construído no primeiro semestre de 2020, mas, por conta da pandemia, ele foi iniciado apenas no segundo semestre. Agora estão na pendência de apenas uma Secretaria de Estado finalizar a primeira etapa e poder enviar ao conselho até o fim de março. Dando por encerrada a reunião, a presidente Roseli Pittner agradece a colaboração de todos e todas presentes e elogia a participação dos conselheiros e das conselheiras.

**Subscreve a memória:**

Valdenir B. Veloso NETO  
Secretário Executivo CONSEA/PR  
Agente Técnico Profissional SEAB